

IJSN - Instituto Jones dos Santos Neves

2011

43

TEXTO PARA DISCUSSÃO

**Análise da ocupação
formal x informal, segundo
características pessoais:
ES - 2001 a 2009**

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO – SEP
INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES – IJSN

**TEXTO PARA
DISCUSSÃO** | **43**

**ANÁLISE DA OCUPAÇÃO
FORMAL X INFORMAL,
SEGUNDO CARACTERÍSTICAS
PESSOAIS:
Espírito Santo – 2001 a 2009**

Antônio Ricardo Freislebem da Rocha
Coordenação de Economia do Setor Público e do Bem-Estar

Magnus William de Castro
Coordenador de Economia do Setor Público
e do Bem-Estar Social

Instituto Jones dos Santos Neves

TD – 43

Coordenação Geral

Ana Paula Vitali Janes Vescovi

Coordenação de Estudos Econômicos Economia do Setor Público e do Bem-Estar

Magnus William de Castro

Assessoria de Relacionamento Institucional

Editoração

João Vitor André

Capa

Lastênio João Scopel

Fotografia/capa

Acervo Aderes (Samarco Mineração – Anchieta, Tubarão – Serra)

Acervo IJSN (Camelôs – Centro de Vitória)

Bibliotecária

Andreza Ferreira Tovar

Instituto Jones dos Santos Neves

Análise da ocupação formal x informal, segundo características pessoais: Espírito Santo 2001-2009. Vitória, ES, 2011.

36p., il. tab. (Texto para discussão, 43)

ISBN: 978-85-62509-92-6

1.Trabalho. 2.Mercado de Trabalho. 3.Setor Formal. 4.Setor Informal.
5.Espírito Santo(Estado). I.Rocha, Antônio Ricardo Freislebem da.
II.Castro, Magnus William de. III.Título. IV.Série.

Sumário

| | |
|--|----|
| APRESENTAÇÃO | 04 |
| 1. INTRODUÇÃO | 05 |
| 2. RESENHA DA LITERATURA | 07 |
| 2.1. Atributos e Correlação com a Inserção Ocupacional | 08 |
| 2.1.1. Gênero | 08 |
| 2.1.2. Idade | 10 |
| 2.1.3. Condição na família | 11 |
| 2.1.4. Escolaridade | 12 |
| 2.1.5. Cor | 14 |
| 2.2. Conclusões Preliminares sobre os Atributos | 15 |
| 3. METODOLOGIA | 16 |
| 3.1. Fonte de Dados | 16 |
| 3.2. Modelo e Variáveis Utilizadas | 16 |
| 4. ANÁLISE PRELIMINAR E DESCRITIVA DOS DADOS | 20 |
| 5. RESULTADOS | 24 |
| 5.1. Análise dos Resultados | 24 |
| 6. CONCLUSÃO | 31 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 34 |

Apresentação

Este texto tem como objetivo analisar os atributos da população economicamente ativa na semana de referência (PEA ocupada), usando dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 2001 a 2009. Tais atributos compõem um conjunto de características individuais que influenciam na sua classificação ocupacional, mais especificamente, sua alocação nos setores formal e informal do mercado de trabalho. Para melhorar a qualidade da análise, esses atributos (Gênero, Idade, Condição na família, Escolaridade e Cor) foram subdivididos em categorias e a análise dos resultados é feita também a partir de uma “categoria base”. Para a análise dos atributos foi utilizado como referência o modelo de regressão logística proposto por Monte *et al* (2005). Para verificação da robustez dos resultados os coeficientes foram estimados ano a ano e no conjunto (*pooled*). Também foi empregada a técnica de pseudo-painel. Analisando os resultados da regressão chegou-se à conclusão de que a mulher, nas faixas de idade mais baixas ou mais elevadas, cônjuge e com baixa escolaridade possui maiores chances de se encontrarem ocupadas no mercado de trabalho informal.

1. INTRODUÇÃO

A década de 1990 foi marcada por diversidade no cenário econômico interno e externo. Internamente as principais alterações foram a abertura econômica (que acarretou o enxugamento da estrutura produtiva – indústria de transformação – e elevou a competitividade dos produtos brasileiros) e a implementação do Plano Real em 1994 – que obteve sucesso ao reduzir e manter sob controle o processo inflacionário que vinha afligindo a economia nacional desde o final da década de 1970 (RAMOS e BRITTO, 2004).

Paralelamente a essas mudanças, houve uma série de crises cambiais em diferentes países em desenvolvimento, fato este que veio afetar o fluxo de capitais e o nível de atividade econômica no país. Essa combinação de fatores acabou por refletir diretamente no funcionamento do mercado de trabalho doméstico. Uma das principais conseqüências foi o aumento da informalidade no mercado de trabalho.

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2006), o desempenho do mercado de trabalho brasileiro é influenciado por/pela(s):

- i) Macroeconomia do país e de outros países – inflação brasileira nos anos 80 e crises financeiras na Argentina, México, Rússia e Ásia nos anos 90;
- ii) Instituições reguladoras – resultantes da cultura da sociedade, ação dos sindicatos, sociedade civil e Estado; e
- iii) A quantidade (decorrente do padrão demográfico do país), e a qualidade da força de trabalho (resultante do nível de escolaridade dos indivíduos).

Segundo Ramos (2002), o crescimento do percentual de postos de trabalho “não protegidos¹” no total é, normalmente, associado às mudanças ocorridas na estrutura setorial do emprego no período. A terceirização contribuiu para o crescimento do setor de serviços, que é tipicamente mais marcado por vínculos informais que a indústria de transformação.

O setor informal vem se destacando como grande absorvedor da mão de obra ocupada e alcança valores próximos ou mesmo superiores às taxas observadas para o setor formal (dependendo da região analisada ou da metodologia utilizada), ressaltando a importância de se aprofundar os estudos relativos à informalidade.

¹ A informalidade, na maioria das vezes, é associada a condições de trabalho precárias, baixos salários e baixa produtividade. No entanto, é necessário distinguir entre informal precário e informal autônomo, sendo este último composto por profissionais liberais, que, apesar de altamente produtivos, podem ser considerados como informais. A explicação é que os autônomos podem estar “fugindo” da carga tributária elevada do país, e, por esse motivo, ficam à margem da legislação trabalhista e previdenciária.

Em relação ao mercado de trabalho de forma geral, segundo Monte *et al* (2005), a taxa de desemprego atinge desigualmente diferentes grupos sociais ou diferentes segmentos da força de trabalho.

Embora a decisão de participar do mercado de trabalho seja uma decisão individual de alocação do tempo disponível, para as Teorias do Filtro e da Fila² a possível inserção ocupacional é dependente dos atributos pessoais, das preferências e qualificações dos indivíduos, do esforço de procura, da conjuntura econômica, etc.

Segundo Cavalieri e Fernandes (1998) em média, tanto o salário dos homens são superiores ao das mulheres como o salário dos brancos é superior ao dos de cor negra e parda, mesmo após uma série de controles feitos na idade, anos de estudo, região de residência e gênero. Contudo, a hipótese provável de discriminação de gênero ou de raça, não pode ser confirmada nem descartada, uma vez que não temos certeza de estarmos isolando todas as características necessárias à análise.

De forma geral as teorias de procura por emprego consideram a existência de determinados custos associados à contratação, tais como a falta de informações sobre a produtividade e o desempenho profissional do ofertante de mão de obra, que poderia ser verificada por meio de testes específicos para o desempenho da função, o que tornaria o processo dispendioso para a firma. Logo, ao invés de testes, os empregadores utilizam-se da seleção de indivíduos potencialmente mais produtivos, através da análise das características pessoais. Esse processo é bastante comum nas firmas de menor porte.

Do lado da oferta de mão de obra, deve-se pesar que o indivíduo não conhece todas as opções disponíveis no mercado de trabalho, da mesma forma que ele deve avaliar as consequências em aceitar ou continuar à procura por emprego. Isso se deve ao seu salário de reserva, busca por melhor qualificação, custos financeiros de procura, etc.

Conforme se observa, os atributos pessoais figuram entre os fatores determinantes da inserção no mercado de trabalho, possibilitando a análise no que se refere ao desemprego e também quanto à informalidade que é foco deste texto.

Diversos trabalhos têm procurado mostrar que existe um conjunto de atributos que poderiam facilitar ou dificultar a inserção do trabalhador brasileiro no mercado de trabalho.

² Dado que o mercado de trabalho é marcado por informações imperfeitas tanto para empresas e indivíduos, para a Teoria do Filtro, se o mesmo possui diploma, significa que passou por um “filtro” que atesta a posse de características desejáveis pelos contratantes (como exemplos, inteligência e capacidade de trabalho). Essa teoria foi desenvolvida por Kenneth Arrow em 1973. Elaborada por Lester Thurow em meados da década de 1970, a Teoria da Fila considera que a produtividade é uma característica dos postos de trabalho e não dos trabalhadores candidatos aos mesmos. Portanto, a importância recai na seleção de candidatos com melhor capacidade de aprender a desenvolver as tarefas que o cargo exige.

No que se refere ao mercado de trabalho capixaba, a literatura sobre características pessoais e informalidade é bastante escassa, o que pode estar associado ao fato de que as principais pesquisas realizadas pelos principais institutos não disponibilizarem os dados suficientes para a sua análise. Como exemplo, podemos citar a Pesquisa Mensal de Emprego - PME (que aborda apenas as seis principais regiões metropolitanas do país) e a PNAD cuja amostra é bastante reduzida para o ES.

O objetivo deste trabalho é determinar em que medida as características pessoais (Gênero, Idade, Condição na família, Escolaridade e Cor) interferem na alocação ocupacional no Espírito Santo. Em outras palavras, quais as características pessoais mais determinantes para a alocação ocupacional nos setores formal ou informal.

O conhecimento dessas probabilidades é importante sob o ponto de vista social. Pode-se verificar, por exemplo, se a informalidade atinge mais intensamente determinados grupos sociais, tais como chefes de família, jovens, homens ou mulheres, menos escolarizados, etc, permitindo dessa forma, uma melhor orientação e adequação às políticas públicas.

Em relação à estrutura do texto, este será dividido em seis seções, contando com esta introdução. No capítulo 2 será apresentada uma resenha das obras consultadas a fim de dar suporte à hipótese de existência de um conjunto de atributos pessoais que interferem na inserção ocupacional do indivíduo. No terceiro serão apresentadas algumas considerações metodológicas. No capítulo seguinte, será realizada uma análise preliminar e descritiva dos dados. No penúltimo, a análise dos resultados encontrados na regressão, e, por fim no capítulo 6 a conclusão.

2. RESENHA DA LITERATURA

Esta seção tem por objetivo, mostrar as expectativas em relação aos atributos pessoais como “instrumento” usado pelos trabalhadores (apenas para os atributos controláveis) para conseguir a sua colocação como ocupados no mercado de trabalho brasileiro. Procura ainda deixar claro a importância em se estabelecer uma definição mais precisa para o que vem a ser informalidade.

No que diz respeito à informalidade, segundo Cacciamali (2000), o termo pode ser entendido sob dois pontos de vista:

- i) É empregado de forma que as relações entre capital e trabalho não se encontram bem estabelecidas, ou seja, não se percebe a clara separação entre capital e trabalho realizado em micro ou pequenas empresas; e
- ii) De outro lado, o foco da definição da informalidade recai sobre a oferta de mão de obra (trabalhador), uma vez que é definida em função das condições de assalariamento ilegal, ou seja, à margem da proteção das leis trabalhistas.

Monte *et al* (2005) destaca que, independentemente da definição utilizada para caracterizar a informalidade, pode ocorrer que uma parcela dos trabalhadores por conta própria, geralmente classificados nas pesquisas como pertencentes ao segmento informal, podem recolher à previdência social, devendo, portanto ser considerados no segmento formal do mercado de trabalho. Da mesma forma, em relação aos empregadores, que são considerados como formais, parcela significativa pode não ter registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), devendo, portanto, ser considerados informais.

Segundo Cacciamali (2007):

“As características de inserção no sistema produtivo e organização da produção do Setor Informal permitem que determinadas parcelas de seus integrantes, que poderiam estar no Setor Formal, prefiram inserir-se no Setor Informal, na medida em que podem auferir níveis de renda superiores aos recebidos por uma parte dos assalariados, que, com ou sem registro de carteira, possuem características pessoais similares (idade, sexo, escolaridade, etc)”

Machado e Hirata (2008) com base na PNAD afirmam que a economia informal é subdividida em diversos setores informais (conforme se verifica nos principais estudos e pesquisas realizadas), dificultando a elaboração de políticas públicas voltadas para o setor.

Ulyssea (2005) afirma que existe uma grande variedade de definições para o setor informal nos trabalhos pesquisados, não havendo consenso na literatura. A legislação brasileira, ao exigir a assinatura da carteira de trabalho para todos os trabalhadores assalariados, acaba por determinar uma espécie de “divisa” entre os setores formal - informal.

Assim, parte dos trabalhos consultados traz a falta da assinatura da carteira de trabalho como credencial para a classificação do indivíduo como participante do setor informal. Outra corrente entende a ausência de contribuição à previdência social como divisor dos setores. Neste trabalho a definição utilizada para o setor formal será a posse de carteira assinada e/ou a contribuição previdenciária.

2.1. Atributos e Correlação com a Inserção Ocupacional

2.1.1. Gênero

O mercado de trabalho brasileiro é marcado de forma intensa por desigualdades de gênero no que diz respeito à inserção ocupacional.

Diversos estudos mostram que a forma de inserção no mercado de trabalho entre homens e mulheres é significativamente diferente. Essa diferença, segundo Barros *et al* (2001), pode ocorrer por três motivos:

- i) Custo de oportunidade do tempo utilizado para trabalhar – as mulheres podem valorizar mais as atividades não laborais como, por exemplo, os afazeres domésticos ou cuidados com os filhos;
- ii) Diferenças salariais pode ser fruto de discriminação (que tende a desaparecer se as firmas adotarem comportamento maximizador de lucro); e
- iii) Homens e mulheres podem ser vistos como diferentes fatores de produção, o que evidenciaria a discriminação.

De acordo com Chahad e Picchetti (2003), entre 1991 e 2002, as mulheres aumentaram sua participação no contingente de desempregados em cerca de 6,1%, chegando a 8%, tendo com referência o ano de 2000. Três fatos explicaram esse aumento:

- i) Aumento da taxa de participação feminina na força de trabalho;
- ii) Aumento da representatividade feminina entre os ocupados tendo preenchido cerca de dois terços dos postos de trabalho criados no período; e
- iii) As mulheres ainda padecem de maior discriminação do setor empresarial e seu desemprego cresceu mais do que o dos homens no período.

Tais fatos podem estar aumentando a rigidez da taxa de desemprego, uma vez que ocorre uma elevação da população feminina associada a maiores taxas de desemprego.

Um intenso ingresso feminino no mercado de trabalho também é evidenciado por Guimarães (2001) como decorrente de:

- i) Mudanças importantes no comportamento demográfico, representadas por uma queda da fecundidade;
- ii) Ganhos significativos de escolaridade; e
- iii) Mudanças de valores, que atualizam e redefinem papéis sociais de gênero, especialmente no que se refere às chances de convivência entre papéis familiares e profissionais.

Outro fato que merece destaque é a alocação preferencial em certas atividades tipicamente femininas nas áreas da saúde, educação, administração pública, etc, e a entrada em trabalhos tipicamente masculinos, onde a participação das mulheres aumentou.

Monte *et al* (2005), usando dados da PME para as regiões metropolitanas de Recife e Salvador, nos anos de 2000 e 2001 revela que homens e mulheres possuem diferentes chances de inserção ocupacional. A chance dos homens se inserirem é 127% maior comparativamente às mulheres.

Segundo Abramo (2006), a taxa de participação das mulheres no mercado de trabalho brasileiro continua aumentando, mas ainda está marcada por uma forte diferença em relação à taxa de participação dos homens. Além disso, os rendimentos das mulheres são inferiores aos dos homens, mesmo quando a análise é feita para níveis similares de escolaridade.

Revela ainda que uma grande parte da ocupação feminina se dá nos segmentos mais precários do mercado de trabalho: trabalhadores por conta própria (com exceção de técnicos ou profissionais), serviços domésticos (18%) e ocupados sem remuneração (15%). Além disso, do total de ocupadas no serviço doméstico, apenas 27% têm carteira assinada. Enquanto a proporção de ocupações informais e precárias sobre o total do emprego masculino é de 54%, esse percentual sobe para 61% no que diz respeito às mulheres.

Conforme Hirata (2007), usando dados da PME no período 2002 a 2004, o gênero feminino possui uma maior chance de pertencer ao grupo informal relativamente ao formal, comparado ao gênero masculino.

2.1.2. Idade

Parte da teoria econômica tem como premissa que os salários são determinados pela produtividade marginal do trabalho. Sendo esta produtividade diferente para cada tipo de trabalho e trabalhador, a diferença salarial dos indivíduos seria então explicada. Revela ainda que a produtividade de um indivíduo começa baixa, eleva-se com a idade e, então, vai diminuindo até cair para as faixas etárias mais elevadas.

Chahad e Picchetti (2003) afirmam que as taxas de desemprego para os jovens entre 15 e 17 anos devem ser maiores comparativamente a outros grupos de maior faixa etária. Os motivos seriam:

- i) O destino natural dos jovens nessa faixa etária, que estariam se dedicando aos estudos e,
- ii) Confirmando a doutrina econômica, a discriminação do setor produtivo, decorrente da pouca experiência, baixa produtividade e alta rotatividade dos jovens, comparativamente aos indivíduos com idade superior.

Apesar de relativamente baixa em comparação a outros países, a taxa de desemprego no país é mais elevada para determinados grupos, em particular para os jovens, segundo Silva e Kassouf (2002).

Em relação aos resultados encontrados na literatura, podemos destacar que para indivíduos jovens com idade até 24 anos, as taxas de desemprego são mais elevadas.

Monte *et al* (2005), usando dados da PME 2000 e 2001 para as regiões metropolitanas de Recife e Salvador observou que a probabilidade de inserção ocupacional é maior para indivíduos com idade entre 21 e 65 anos, quando comparado a uma faixa etária entre 16 e 20 anos; 93,9% maior se o

indivíduo tiver entre 31 e 40 anos e 43,4% maior no caso de a idade estar situada entre 41 e 65 anos. Em relação à inserção no setor formal, o alto número de variáveis não significativas, devido à redução da amostra, prejudica a análise (observa-se um expressivo ingresso no setor informal do mercado de trabalho como fator que explica essa redução da amostra).

Apesar dos resultados em desfavor dos jovens, Tafner (2006) aponta que o ciclo de pressão demográfica³, um dos fatores que determinam o desempenho do mercado de trabalho, está se encerrando, abrindo maiores perspectivas para os jovens em relação aos anos 80 e 90.

Importante ressaltar que a idade mínima legal para a entrada no mercado de trabalho é de 16 anos. A proibição do trabalho para o menor de 16 anos foi implementada pela Lei 10.097 de 19/12/2000, proveniente do Projeto de Lei 2.845 de 2000 e pela Portaria do Ministério do Trabalho e Emprego Secretaria de Inspeção do Trabalho e Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho nº 6, de 05/02/2001, que altera os dispositivos da CLT (decreto-lei nº 5.452 de 01/05/1943)⁴.

2.1.3. Condição na família

No Brasil, historicamente, os chefes de família são os maiores responsáveis pelo orçamento familiar. O desemprego para esta posição, além de representar queda de bem estar para o indivíduo, também significa situação semelhante para os seus dependentes e cônjuge.

Essa maior responsabilidade do chefe do domicílio afeta a sua probabilidade de inserção no mercado de trabalho, uma vez que as estratégias usadas para tal passam a ser mais agressivas e persistentes, dada a necessidade de prover os entes familiares.

Segundo Silva e Kassouf (2002), as baixas taxas de desemprego para os chefes de família, em relação aos demais indivíduos pertencentes à família, podem ser reflexos da sua baixa seletividade na escolha por trabalho. Dito de outra forma, o chefe de família tem a preocupação com o elevado custo de se manter desempregado, uma vez que isso traria prejuízos para ele e seus dependentes.

Chahad e Picchetti (2003) destacam que a taxa de desemprego para os chefes de família tende a ser menor em relação a dos filhos e cônjuges. Os dados mostram que a participação dos chefes de família se manteve estável durante o período de análise (1991/2002) tendo também se elevado a taxa de desemprego para os cônjuges (9,0% em 1991 para 13,1% em 2002).

³ A queda na taxa de fecundidade a partir dos anos 80 fez com que, nas últimas décadas, a taxa de crescimento da PIA entrasse em declínio, com tendência a se tornar mais intensa nos anos futuros, repercutindo diretamente sobre a oferta de trabalho.

⁴ O trabalho infantil é proibido, bem como qualquer trabalho, a menor de 16 anos, a não ser como aprendiz, a partir dos 14 anos de idade. Dos 16 anos em diante, todos os direitos trabalhistas e previdenciários já estão garantidos, desde que sejam observadas as restrições quanto ao trabalho noturno, insalubre, perigoso ou penoso. Como aprendiz subentende-se o indivíduo com idade entre 14 e 18 anos incompletos, sujeito à formação técnico-profissional, matriculado em curso mantido ou reconhecido pelos Serviços Nacionais de Aprendizagem, Escolas Técnicas de Educação e entidades sem fins lucrativos, que visam a assistência e a educação profissional ao adolescente. Conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente, criança é a pessoa com até 12 anos incompletos de idade e adolescente, aquela com idade entre 12 e 18 anos.

Também verifica uma taxa de desemprego dos chefes menos sujeita a oscilação e menor em todas as regiões metropolitanas brasileiras. Conclui que o desemprego dos chefes de família do sexo masculino está mais associado a problemas estruturais do mercado de trabalho, ao passo que as taxas de desemprego de outros membros estão mais relacionadas a variações conjunturais, inclusive pela variação da participação destes no mercado de trabalho.

Monte *et al* (2005) confirmam que a probabilidade de inserção dos chefes de família é mais elevada em relação à categoria cônjuge e filhos, devido ao fato de o chefe de família ser o principal provedor familiar. Lembram ainda que os chefes de família possuem maior probabilidade de inserção devido a uma maior experiência adquirida em ocupações anteriores. Os resultados encontrados apontam: ser chefe de família aumenta a probabilidade de inserção no mercado de trabalho em 116% comparativamente ao cônjuge. Em relação ao setor de ingresso formal-informal a variável apresentou coeficiente positivo para o setor formal, porém não significativo devido ao reduzido número da amostra.

Hirata (2007) afirma que a mulher, quando chefe de domicílio, tem maior probabilidade de ser informal do que inativa ou desempregada, relativamente à mulher não chefe e aos homens.

2.1.4. Escolaridade

A literatura atual sobre crescimento econômico tem enfatizado o papel do capital humano como fator de produção. A idéia é baseada na relação existente entre estoque de capital humano, produtividade e salários, numa razão direta de crescimento.

Existem três formas de acumulação de capital:

- i) Através da escolarização – a variável “anos de estudo” tem sido utilizada constantemente como *proxy* de acumulação de capital via aprendizado formal;
- ii) Experiência no trabalho – que tem como variável representativa “tempo de serviço”, uma vez que os indivíduos aprendem com a prática; e
- iii) Aprendizado informal – a noção aqui colocada é que o indivíduo aprende desde que o ambiente lhe seja favorável. A variável “anos de estudo dos pais” são uma *proxy* natural para essa fonte de acumulação, uma vez que um ambiente familiar que tem bases estruturadas em educação, permite ao indivíduo acumular conhecimento.

Gonzaga (1998), afirma que quanto mais instáveis forem os mercados de produto das firmas e quão mais alta for a rotatividade da mão de obra, menores serão os investimentos em treinamentos, uma vez que há o risco de a firma não se apropriar do retorno do investimento.

Ramos (2002), diz que por não ser proprietária de seus assalariados, a firma tende a oferecer um treinamento o mais específico possível, a fim de eliminar ou minimizar as externalidades.

A questão da escolaridade tem sido relacionada à empregabilidade do indivíduo. A carência educacional do trabalhador brasileiro frente aos novos requisitos produtivos aliada à necessidade de reversão desse quadro, tem sido tema abordado por grande parte dos trabalhos focados na qualificação da força de trabalho (KERTI *et al*, 1997). Alterar o perfil educacional do trabalhador, apenas, não resolve o problema.

Embora uma mão de obra com maior escolaridade esteja mais apta a lidar com os novos padrões de produção, é necessário lembrar que, não apenas a oferta de trabalho, mas também a demanda por trabalho, feita pelas firmas, deve ser analisada. Essa demanda é função, dentre outros fatores, do nível de atividade econômica do país que se reflete em renda e consumo do mercado.

Este argumento pode ir contra o senso comum de que níveis de escolaridade mais elevados implicam maiores chances de ocupação. As empresas, ao contratarem, também levam em consideração fatores como experiência profissional adquirida em atividades específicas. Além disso, pode haver discriminação no momento da seleção do trabalhador, em razão de gênero, cor ou outra característica.

Monte *et al* (2005), constatam que os valores estimados para os parâmetros significativos das variáveis associadas à educação mostram que níveis de escolaridade mais elevados não aumentam as chances de inserção no mercado de trabalho para as regiões metropolitanas de Recife e Salvador. Destaca que possivelmente esse resultado seja reflexo do tipo de oportunidades de emprego geradas pelo mercado (a maioria no setor informal) e do comportamento dos ofertantes de mão de obra.

Seus resultados mostram que indivíduos com menor escolaridade obtiveram maior probabilidade de inserção. Significa dizer que esses indivíduos estão mais propensos a aceitar ocupações de baixa qualidade e remuneração, de maior rotatividade e com ausência de direitos trabalhistas. Os indivíduos mais escolarizados são mais seletivos na hora de optar pela ocupação, por possuírem maior salário de reserva (maiores rendimentos esperados).

Outro ponto a destacar é que para determinados tipos de ocupação, trabalhadores mais qualificados não são necessariamente aqueles que melhor se adequam em termos de aptidão ou estímulo para desempenho da função.

Ramos e Britto (2004), usando dados da Pesquisa Mensal de Emprego mostram que entre 1991 e 2002 o número de ocupados passou de 15,1 milhões para 17,6 milhões. Nesse período, o número de trabalhadores ocupados com até quatro anos de estudo teve sua participação reduzida de 39% para 21%; o número de trabalhadores com alguma formação universitária elevou sua participação de 14,2% para 21%, absorvendo 60% dos postos de trabalhos gerados. A preocupação que surge é quanto à maior seletividade do mercado de trabalho, que pode excluir os indivíduos menos escolarizados (pois, entre estes, 36,2% tinham mais que 50 anos de idade em 2002 e 63,7% eram chefes de família em 2001).

Silva e Kassouf (2002) revelam que um melhor nível de escolaridade pode agravar ou minimizar a situação de desemprego, dependendo do nível educacional analisado. Em relação à juventude, a educação elementar (primeiro grau) tende a aumentar a exposição frente ao desemprego, o oposto ocorrendo com os níveis secundário e superior de educação. A maior taxa de desemprego nos níveis médios de escolaridade seria, então, explicada pela maior oferta de trabalho para este nível em relação aos níveis superiores. Por outro lado, o jovem com níveis medianos de escolaridade é mais seletivo comparativamente a níveis inferiores, o que pode dificultar a inserção ocupacional.

Conforme Machado e Hirata (2008), os mais escolarizados são os trabalhadores do setor público, considerados como formais neste trabalho.

2.1.5. Cor

O mercado de trabalho brasileiro está marcado por significativas e persistentes desigualdades de gênero e cor e esse aspecto deve ser levado em consideração na hora de os agentes públicos formularem políticas públicas, em particular de emprego, inclusão social e redução da pobreza. Os rendimentos dos negros são sistematicamente inferiores aos dos brancos, ainda que com mesmo nível de escolaridade, cerca de 30% a menos. Também a taxa de desemprego para os negros é maior em comparação aos brancos. Em todas as formas precárias de ocupação, ocorre sobre-representação das mulheres negras em relação às brancas: 23,3% estão nos serviços domésticos, 17,5% estão ocupadas e sem remuneração e entre as trabalhadoras no serviço doméstico, 76,2% das negras não tem carteira assinada, contra 71,2% das brancas. (ABRAMO, 2006)

Segundo Abramo (2004), no ano de 2001 a proporção de negros (65,3%) em ocupações precárias é 29% superior à proporção de brancos na mesma situação (50,4%); a taxa média de desemprego no Brasil para os negros, medida pela PNAD, sempre foi maior para negros e mulheres em comparação aos brancos e homens.

O fato de indivíduos diferentes receberem salários diferentes é algo comum em qualquer economia. Porém, no Brasil, essa diferença é bastante elevada. Há alguns fatores que podem explicar tais diferenças, como por exemplo, a insalubridade, carreiras com diferentes perspectivas de progresso, etc, como apontam Cavalieri e Fernandes (1998). Verificaram ainda, com base na PNAD, que os indivíduos de cor branca ganham 143,72% a mais que os indivíduos de cor negra e 102,7% a mais que os indivíduos de cor parda. Os de cor parda ganham 20,24% a mais que os negros. Parte dessa diferença pode ser atribuída a características pessoais como idade, escolaridade, etc, ficando a parte não explicada associada à discriminação. Mesmo após uma série de controles nos atributos dos trabalhadores, confirmam-se maiores salários para indivíduos de cor branca em relação aos negros e pardos.

Silva e Kassouf (2002) verificam que o jovem branco ou pardo tem menor probabilidade de se encontrar desempregado em comparação aos negros, o que pode estar associado à discriminação. Afirmam que o modelo utilizado na análise dos dados mostrou que as probabilidades de inatividade,

emprego e desemprego são afetadas heterogeneamente pelas variáveis empregadas, sendo escolaridade, experiência, cor e renda familiar dos indivíduos, os fatores mais importantes na determinação da forma de inserção dos jovens no mercado de trabalho.

Segundo Machado e Hirata (2008) ocorre uma predominância de indivíduos de cor branca no setor formal e no setor público (acima de 60%) e não brancos nos setores informais (empregado sem carteira e trabalhador doméstico).

No Brasil, vários estudos buscam compreender os diferenciais de salários por gênero e cor, mesmo sabendo da dificuldade em se fazer afirmações sobre a existência de discriminação no mercado de trabalho. Tal argumento é devido ao fato de que nunca haverá a certeza de que todas as variáveis importantes para explicar tais diferenças salariais foram controladas, uma vez que seria preciso dispor de trabalhadores “comparáveis” para a análise.

2.2. Conclusões Preliminares sobre os Atributos

Em relação a gênero, espera-se maior chance de inserção informal para as mulheres, o que, em parte, pode estar associado à discriminação. No entanto, a “possível discriminação” foge do escopo deste trabalho.

A idade do indivíduo é associada à produtividade, sendo bastante importante para determinar a probabilidade de inserção ocupacional. Espera-se uma curva representativa na forma de “U” indicando diminuição na probabilidade de inserção ocupacional informal com o aumento da idade até determinado ponto, pois, a partir desta, a produtividade diminui, aumentando a probabilidade de inserção ocupacional informal.

No que se refere à posição na família, os chefes devem apresentar menor chance de inserção informal em relação à categoria base. No entanto, por se apresentar como principal provedor da família (e por isso possuir baixo salário reserva), esta redução não deve ser elevada.

Embora escolaridade esteja associada à produtividade, sendo também importante para determinar a probabilidade de inserção ocupacional, ela se apresenta com grande complexidade. Dito de outra forma, a sua análise precisa ser feita com maior profundidade tendo em vista as particularidades regionais. Não obstante, espera-se diminuição da inserção informal com o acréscimo de escolaridade.

Em relação à cor, à margem da questão de discriminação, esperam-se maiores chances de inserção formal para os indivíduos de cor branca, devido em grande parte, à maior escolaridade média destes.

De acordo com a resenha da literatura pesquisada, podemos esperar chances distintas de participação da População Economicamente Ativa - PEA ocupada formal-informal, em função tanto das modificações de ordem econômica e social pelas quais vem passando este mercado, como das

características individuais. Uma das conseqüências dessas mudanças foi o crescimento do setor informal. É bastante plausível, portanto, a hipótese de esperar que os indivíduos com maior chance de se encontrarem ocupados no setor informal do mercado de trabalho sejam do gênero feminino, não brancos, de baixa escolaridade, jovens e idosos e cuja condição na família não seja pessoa de referência (chefe).

3. METODOLOGIA

3.1. Fonte de Dados

Neste texto, os dados utilizados para a determinação da probabilidade de ocupação formal-informal (Gênero, Idade, Condição na família, Escolaridade e Cor) são da PNAD – pesquisa baseada em uma amostra probabilística de domicílios, com âmbito nacional, e periodicidade anual, com exceção dos anos de realização do Censo. Embora não seja uma pesquisa essencialmente direcionada à análise do mercado de trabalho, passou por um processo de reformulação, permitindo um aprofundamento na questão da diversidade das relações de trabalho no Brasil. Serão utilizadas ainda, duas variáveis de controle: Ano – representativo do período 2001 a 2009 e Urbano – representando a situação censitária.

Para este estudo a base de dados será constituída por pessoas com 16 a 60 anos de idade, economicamente ativos e ocupados na semana de referência, no Estado do Espírito Santo, entre os anos de 2001 e 2009, totalizando 28.852 indivíduos na amostra.

São considerados como ocupados na semana de referência da pesquisa, todos aqueles que trabalharam ou tinham trabalho.

Para melhorar a análise dos resultados, e identificar possíveis particularidades no mercado de trabalho capixaba, será feita uma comparação entre os resultados encontrados no Espírito Santo com os resultados da Região Sudeste e Brasil.

3.2. Modelo e Variáveis Utilizadas

A variável de interesse desse trabalho é a ocupação. O objetivo é analisar a probabilidade de que um indivíduo, com determinadas características (atributos), esteja na situação de ocupado formal ou informal na semana de referência da pesquisa.

Para estimar a medida da participação das características pessoais, será utilizado modelo similar ao proposto por Monte *et al* (2005). O modelo assumirá a seguinte forma:

$$Y = f(G, I, F, E, C, e)$$

Sendo a variável dependente:

Y = 0, se o indivíduo se encontra ocupado no setor formal e
 Y = 1, se o indivíduo se encontra ocupado no setor informal

e “ ϵ ” – as perturbações aleatórias associadas ao modelo.

Cada uma das variáveis explicativas (atributos) é representada no modelo por um conjunto de variáveis indicadoras, detalhadas a seguir:

Tabela 1 - Variáveis selecionadas e resultados esperados

| Variável | Informação | Categoria base | Sinais esperados em relação a categoria base |
|--------------------------------|---|---|--|
| Gênero (G) | Será usada uma variável <i>dummy</i> indicadora = 1 se o indivíduo, for do gênero masculino e 0, caso seja do gênero feminino. | Feminino | (-) para masculino |
| Idade (I) | Será usada uma variável <i>dummy</i> indicadora = 1, se o indivíduo, pertencer à i-ésima faixa de idade e 0, caso contrário. | Faixa de idade entre 16 e 20 anos | (-) para idade |
| Condição na Família (F) | Será usada uma <i>dummy</i> indicadora = 1 se o indivíduo, for pessoa de referência da família e 0, caso seja cônjuge, filho ou outro parente. | Cônjuge, filho ou outro parente | (-) para chefe |
| Escolaridade (E) | Será usada uma variável <i>dummy</i> indicadora = 1, se o indivíduo, pertencer à i-ésima faixa de escolaridade e 0, caso contrário. | Indivíduos sem escolaridade ou com menos de 1 ano de estudo | (-) para escolaridade |
| Cor (C) | Será usada uma <i>dummy</i> indicadora = 1 se o indivíduo, for de cor ou raça branca e 0, caso seja de cor ou raça preta, amarela, parda ou indígena. | Negro, amarelo, pardo ou indígena | (-) para branca |

Fonte: PNAD.
 Elaboração: Rede de Estudos da Economia do Setor Público e do Bem-Estar.

No Brasil não existe uma pesquisa que faça um acompanhamento temporal do mesmo indivíduo, o que impede uma aplicação direta da técnica de painel, que seria a mais adequada para a análise em questão. Por não se tratar de base de dados em painel longitudinal e devido ao tamanho reduzido da amostra para o Espírito Santo, neste trabalho serão estimados modelos de regressão para cada ano e para a totalidade do período (2001-2009). O objetivo é verificar se variáveis não significativas ano a ano se tornariam significativas em amostras grandes por meio do empilhamento de todos os anos (*pooled*).

Também será construído um pseudo-painel (técnica alternativa para suprir a ausência do painel). Por esta técnica ocorrerá o acompanhamento de cinco coortes de idade ao longo do tempo, as quais formarão 5 grupos: Grupo 1, de 16 a 20 anos; Grupo 2, de 21 a 30 anos; Grupo 3, de 31 a 40 anos; Grupo 4, de 41 a 50 anos e Grupo 5, de 51 a 60 anos. O objetivo de utilizar esta técnica adicional de regressão é observar se os resultados encontrados no *pooled* serão semelhantes ou não aos resultados do pseudo painel, o qual, em função dos dados existentes (PNAD's), é a forma mais indicada ao realizar uma análise conjunta de diversos anos, e com isso tornar a análise mais robusta.

Quando se usam modelos onde a variável dependente é binária (dicotômica), a literatura econométrica fornece algumas opções, tais como:

- i) MPL – modelo linear de probabilidades;
- ii) PROBIT; e
- iii) LOGIT.

De acordo com Gujarati (2000), dentre os três, o mais simples é o MPL, porém, este apresenta certas limitações, tais como a possibilidade de a probabilidade estimada não se situar na faixa de valores compreendidos entre 0 e 1 e a suposição de que as probabilidades condicionais aumentem linearmente com os valores das variáveis explicativas.

Embora apresentem resultados bastante próximos, o modelo LOGIT é relativamente mais simples que o modelo PROBIT, pois ao tomar o logaritmo da razão de probabilidades, o que parece ser um modelo não-linear torna-se um modelo linear nos parâmetros, podendo ser estimado dentro da estrutura padrão dos mínimos quadrados ordinários. Neste trabalho a opção será pelo modelo LOGIT.

Será feita uma avaliação de significância estatística de cada variável independente (explicativa) e do ajuste global do modelo. O software utilizado foi o STATA 11.0.

São três os testes mais conhecidos para a análise dos modelos de regressão linear ou não: teste *Wald*, de verossimilhança e do multiplicador de Lagrange. Todos os testes são equivalentes em amostras assintóticas (grandes) já que a estatística associada a cada teste segue a distribuição qui-quadrado (X^2) (GUJARATI, 2000).

Dois testes de hipótese serão utilizados para avaliar a significância das variáveis no modelo: o teste de Wald e o teste da razão de verossimilhanças. O valor “z” do teste de Wald é obtido dividindo-se o valor dos coeficientes pelo seu erro padrão respectivo. Para um intervalo de confiança de 95%, se o valor de “z” do teste for maior que 1.96, diz-se que a variável é significativa. Esse teste segue a distribuição normal.

O segundo teste é calculado pela seguinte fórmula: Teste da Razão de Verossimilhanças: $TRV = -2$ [log da verossimilhança do modelo com a constante - log da verossimilhança do modelo com a variável]. Este teste segue a distribuição qui-quadrado com 1 grau de liberdade. Portanto, se o seu valor for maior que o valor associado na tabela de distribuição, então “p” < 0,05.

O ajuste global do modelo pode ser verificado através do TRV. Este teste verifica a hipótese de nulidade - todos os coeficientes no modelo, exceto a constante são iguais a zero. O resultado de “Prob > chi2” indica se o modelo se ajusta adequadamente aos dados (no caso de valores menores que 0,05). Para o presente trabalho o resultado de Prob > chi2 é 0,0000.

Os resultados do modelo serão interpretados por meio da Razão de Chance (RC), representada pela expressão:

$$P(Y_i = 1) = \frac{e^{\beta x}}{1 + e^{\beta x}} = \frac{1}{1 + e^{-\beta x}}$$

$$RC = \frac{P(Y_i = 1)}{P(Y_i = 0)} = e^{\beta x}$$

Em que Y_i é igual a “1” se o indivíduo se encontra ocupado na semana de referência no setor informal, Y_i é igual a “0” se a ocupação é no setor formal, “ β ” são os coeficientes a serem estimados na regressão e “x” as variáveis independentes do modelo.

Para as variáveis dicotômicas explicativas, a razão de chance estimada mostra a diferença na probabilidade do evento ocorrer em relação à categoria considerada como base. Assim, um coeficiente positivo mostra que a chance do evento ocorrer é maior em relação à categoria de referência, enquanto um coeficiente negativo indica que essa chance é menor.

Segundo Gujarati (2000), a razão de chance pode ser determinada através do antilog do j-ésimo coeficiente de inclinação. Em geral, se você pegar o antilog do j-ésimo coeficiente de inclinação, dele subtrair “1” e multiplicar o resultado por 100, você terá a variação percentual na chance devido ao aumento de uma unidade no j-ésimo regressor.

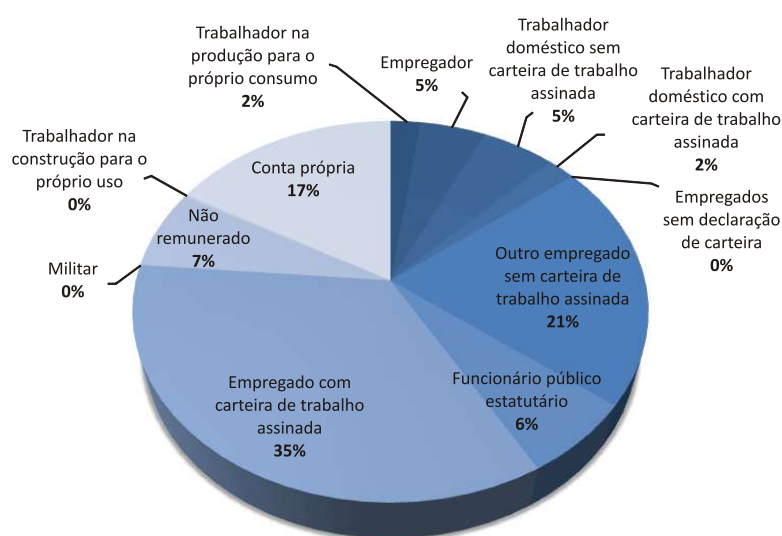
4. ANÁLISE PRELIMINAR E DESCRITIVA DOS DADOS

Esta seção apresentará alguns números relativos aos ocupados no Espírito Santo na semana de referência, para alguns grupos pré-determinados, via tabulação própria a partir dos dados da PNAD. A análise será direcionada ao objetivo do presente trabalho.

Vale ressaltar que a análise baseada nessas estatísticas, com objetivo unicamente de caracterização amostral, fornece indícios a respeito dos determinantes da variável a ser explicada, que podem ser confirmados ou não através dos resultados encontrados pelo modelo econométrico.

A figura 1 mostra a posição na ocupação do trabalho principal na semana de referência da pesquisa. O maior percentual de ocupados se encontra na categoria Empregado com carteira de trabalho assinada (35%) seguido por Outro empregado sem carteira (21%) e Conta própria (17%), sendo que, para esta última categoria, 85% não contribui a instituto de previdência.

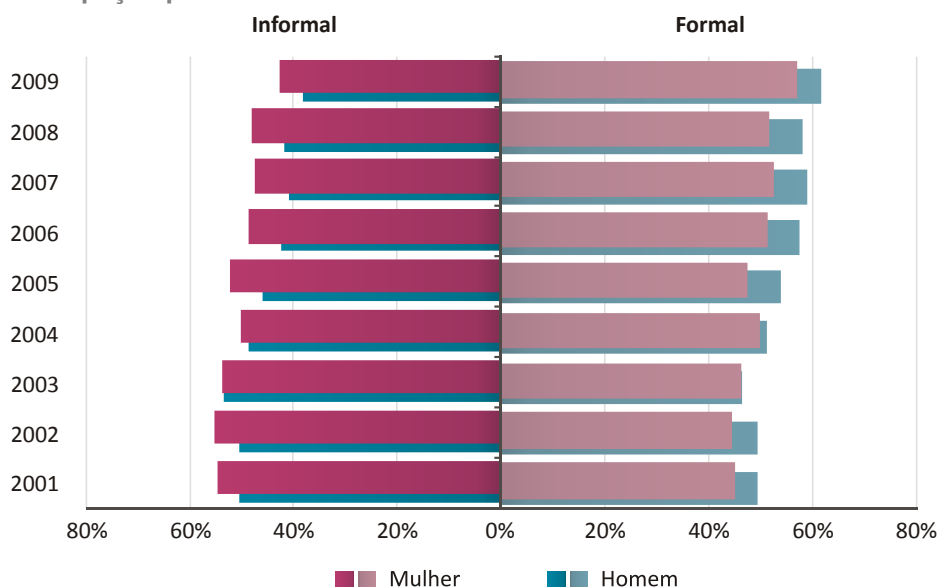
Figura 1 - Posição na ocupação: 2001-2009



Fonte: PNAD.
Elaboração: Rede de Estudos da Economia do Setor Público e do Bem-Estar.

A Figura 2 descreve a ocupação por gênero. Os dados mostram o crescimento da inserção formal tanto para homens como para mulheres, acompanhada da redução da inserção informal para ambos os sexos. Entretanto, observa-se que os homens possuem maiores taxas de formalidade. Acrescente o fato de que a taxa de atividade para os homens é maior. (Educação e Mercado de Trabalho: Indicadores Socioeconômicos do Espírito Santo/PNAD 2009, 2010)

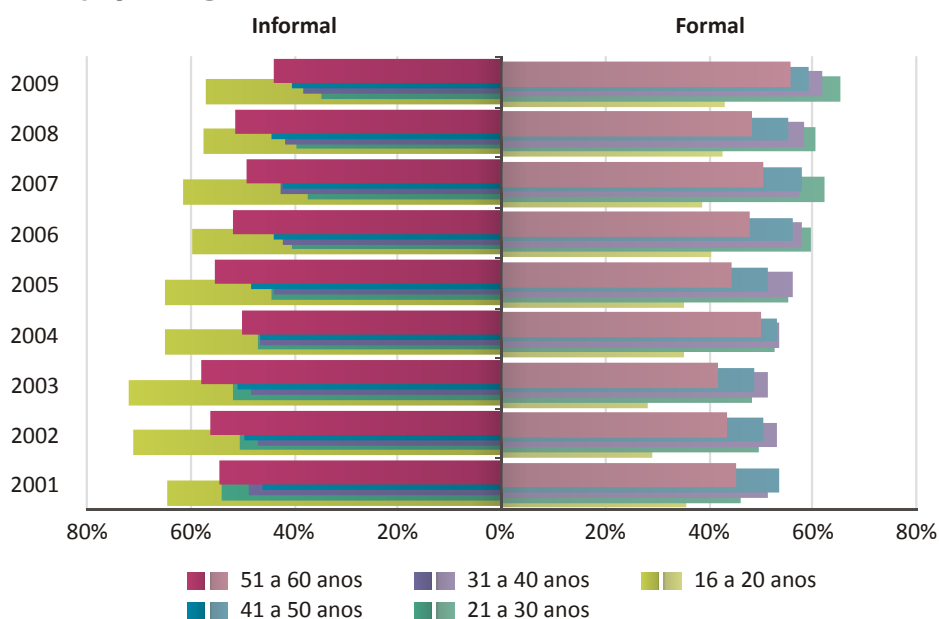
Figura 2 - Ocupação por Gênero – ES



Fonte: PNAD.
Elaboração: Rede de Estudos da Economia do Setor Público e do Bem-Estar.

Em relação à idade nota-se que a ocupação formal eleva-se no período em análise, para todas as faixas. Observa-se ainda que para os indivíduos de maior idade (faixa mais elevada) os níveis de informalidade são muito altos sendo superado apenas pela categoria base (faixa de 16 a 20 anos) (Figura 3).

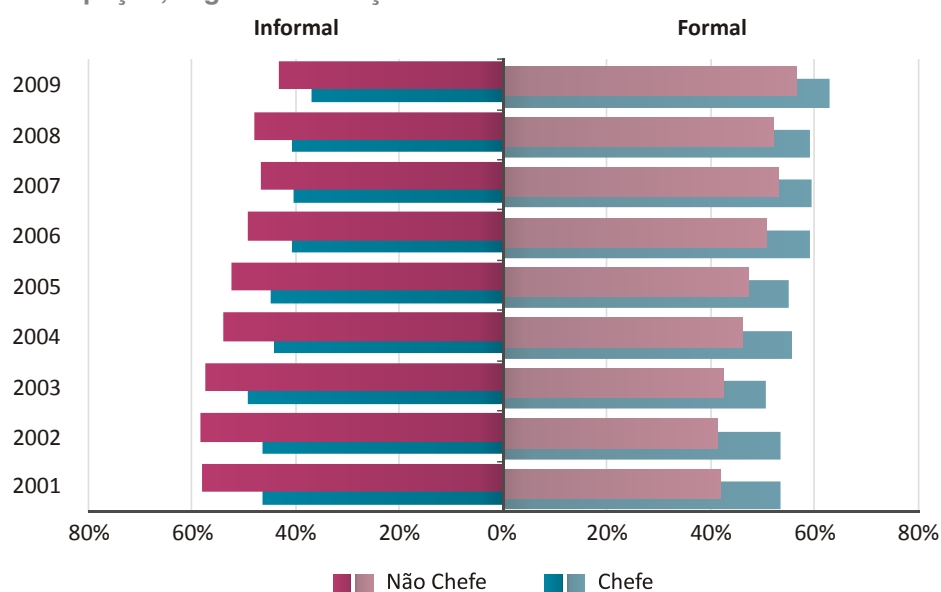
Figura 3 - Ocupação, segundo Faixas de idade – ES



Fonte: PNAD.
Elaboração: Rede de Estudos da Economia do Setor Público e do Bem-Estar.

No que se refere à condição na família (Figura 4), os Chefes estão mais presentes na formalidade em relação aos não chefes, tendo aumentado sua participação neste setor enquanto os não Chefes só passaram a se inserir predominantemente na formalidade a partir de 2006.

Figura 4 - Ocupação, segundo Condição na família – ES

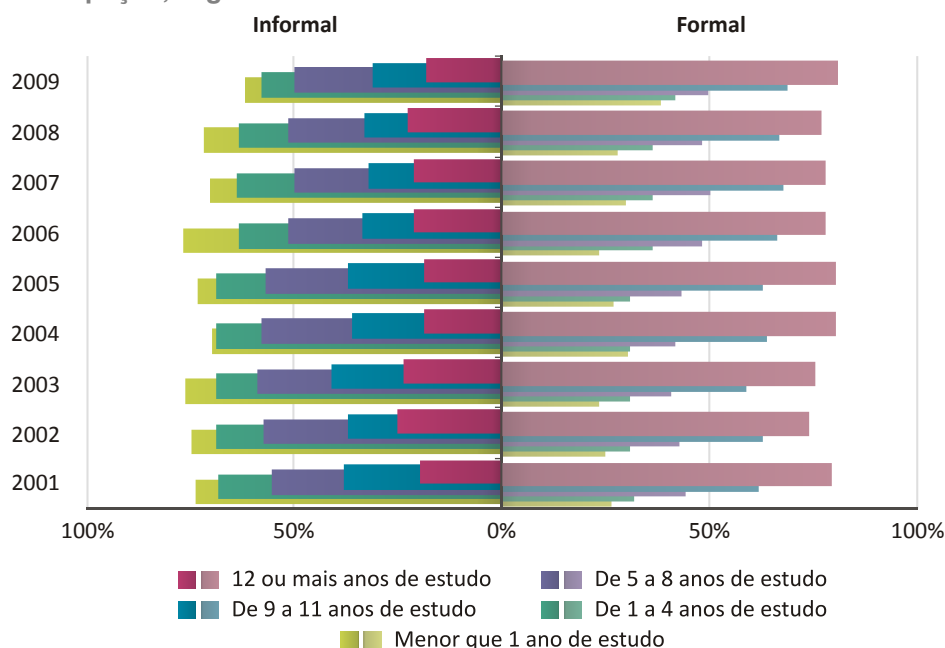


Fonte: PNAD.

Elaboração: Rede de Estudos da Economia do Setor Público e do Bem-Estar.

Em relação à Escolaridade, Figura 5, observa-se melhor o efeito positivo do acréscimo de educação, representado por maiores índices de formalização entre os mais escolarizados – 12 anos ou mais de estudo em todo o período. Observa-se também que, entre os menos escolarizados (1 a 8 anos) os níveis de formalização se elevaram.

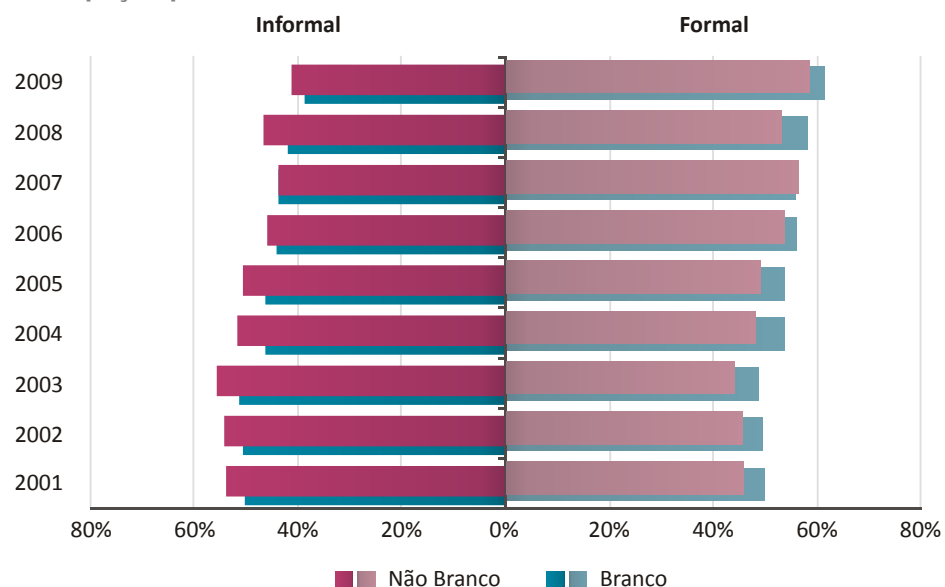
Figura 5 - Ocupação, segundo Anos de estudo – ES



Fonte: PNAD.
Elaboração: Rede de Estudos da Economia do Setor Público e do Bem-Estar.

Por fim, a análise por cor mostra que brancos e não brancos aumentaram sua participação no setor formal. Apenas em 2007 o percentual de não brancos superou o percentual de brancos na formalidade. Ademais, os não brancos são maioria entre os ocupados. (Figura 6)

Figura 6 - Ocupação por Cor – ES



Fonte: PNAD.
Elaboração: Rede de Estudos da Economia do Setor Público e do Bem-Estar.

Os resultados preliminares das estatísticas descritivas mostram consonância com o referencial teórico pesquisado: os homens, brancos, mais escolarizados, chefes de família e em idade de maior produtividade, estão mais presentes no setor formal.

5. RESULTADOS

Esta seção fará uma comparação entre os resultados encontrados nos modelos de regressão utilizados e os confrontará com a literatura pesquisada, de modo a se confirmar ou rejeitar os pressupostos levantados na mesma. Para verificar a robustez dos resultados será feita a análise para o conjunto de anos e construído um pseudo-painel, além de outras considerações que se fizerem necessárias.

5.1. Análise dos Resultados

Abaixo, os coeficientes das variáveis dos modelos de regressão logística, para cada ano do período analisado e para o conjunto de todos os anos (*pooled*).

Tabela 2 - Modelo de regressão logística para análise ocupacional: Ano a Ano e Pooled

| Ano | Ano | | | | | | | | | Pooled | Razão de Chance % (Pooled) |
|-------------------------------|----------------|--------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|------------------|------------------|----------------|----------------|-------------------------------|
| | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | | |
| Ano | | | | | | | | | | *-0,045 | -4,43 |
| | | | | | | | | | | -0,005 | |
| urbano | *-1,105 | *-1,255 | *-1,249 | *-1,626 | *-1,295 | *-1,032 | *-1,373 | *-1,441 | *-1,238 | *-1,282 | -72,26 |
| | -0,115 | (0,121) | (0,119) | (0,121) | (0,118) | (0,106) | (0,112) | (0,110) | (0,103) | (0,038) | |
| masculino | **0,210 | **0,2123044 | -0,110 | -0,139 | *-0,502 | *-0,431 | *-0,473 | *-0,389 | *-0,321 | *-0,320 | -27,44 |
| | (0,096) | (0,096) | (0,092) | (0,092) | (0,088) | (0,086) | (0,088) | (0,087) | (0,083) | (0,030) | |
| idade_21_30 | **0,302 | *-0,835 | *-0,819 | *-0,694 | *-0,716 | *-0,664 | *-1,043 | *-0,649 | *-0,810 | *-0,721 | -51,41 |
| | (0,145) | (0,149) | (0,152) | (0,145) | (0,143) | (0,136) | (0,151) | (0,149) | (0,146) | (0,049) | |
| idade_31_40 | *-0,523 | *-0,980 | *-1,059 | *-0,797 | *-0,911 | *-0,791 | *-1,029 | *-0,723 | *-0,900 | *-0,858 | -57,60 |
| | (0,154) | (0,158) | (0,162) | (0,154) | (0,153) | (0,146) | (0,157) | (0,157) | (0,154) | (0,052) | |
| idade_41_50 | *-0,585 | *-0,998 | *-0,952 | *-0,870 | *-0,780 | *-0,797 | *-1,163 | *-0,611 | *-0,757 | *-0,830 | -56,43 |
| | (0,162) | (0,165) | (0,168) | (0,161) | (0,159) | (0,154) | (0,166) | (0,163) | (0,160) | (0,054) | |
| idade_51_60 | *-0,561 | *-0,817 | *-0,688 | *-0,847 | *-0,600 | *-0,752 | *-0,978 | *-0,533 | *-0,789 | *-0,728 | -51,72 |
| | (0,193) | (0,192) | (0,195) | (0,186) | (0,179) | (0,173) | (0,179) | (0,179) | (0,174) | (0,061) | |
| chefe | *-0,445 | *-0,420 | *-0,285 | *-0,360 | **0,237 | *-0,239 | ***-0,173 | *-0,258 | *-0,237 | *-0,283 | -24,69 |
| | (0,102) | (0,102) | (0,098) | (0,099) | (0,093) | (0,091) | (0,093) | (0,092) | (0,088) | (0,032) | |
| anos_estudo 1 a 4 | -0,221 | -0,201 | -0,184 | -0,034 | -0,096 | *-0,595 | ***-0,329 | ***-0,295 | 0,024 | *-0,197 | -17,92 |
| | (0,168) | (0,168) | (0,167) | (0,168) | (0,176) | (0,189) | (0,180) | (0,178) | (0,170) | (0,057) | |
| anos_estudo 5 a 8 | *-0,682 | *-0,555 | *-0,472 | **0,346 | **0,418 | *-1,012 | *-0,731 | *-0,611 | -0,169 | *-0,535 | -41,49 |
| | (0,172) | (0,172) | (0,168) | (0,167) | (0,174) | (0,190) | (0,177) | (0,178) | (0,170) | (0,057) | |
| anos_estudo 9 a 11 | *-1,406 | *-1,455 | *-1,205 | *-1,273 | *-1,294 | *-1,787 | *-1,566 | *-1,337 | *-0,957 | *-1,341 | -73,86 |
| | (0,178) | (0,177) | (0,171) | (0,168) | (0,176) | (0,192) | (0,179) | (0,177) | (0,171) | (0,058) | |
| anos_estudo 12 ou mais | *-2,169 | *-1,829 | *-1,860 | *-1,918 | *-2,083 | *-2,307 | *-1,973 | *-1,800 | *-1,543 | *-1,915 | -85,27 |
| | (0,216) | (0,206) | (0,200) | (0,198) | (0,204) | (0,216) | (0,204) | (0,200) | (0,194) | (0,067) | |
| branco | 0,037 | 0,045 | -0,005 | -0,065 | 0,010 | 0,098 | **0,209 | -0,024 | -0,052 | 0,025 | 2,54 |
| | (0,085) | (0,084) | (0,083) | (0,082) | (0,082) | (0,078) | (0,083) | (0,080) | (0,079) | (0,027) | |
| constante | *2,560 | *3,063 | *2,915 | *3,031 | *2,935 | *2,928 | *3,125 | *2,810 | *2,254 | *3,047 | |
| | (0,219) | (0,225) | (0,224) | (0,226) | (0,227) | (0,233) | (0,234) | (0,232) | (0,219) | (0,079) | |
| obs | 2.965 | 3.009 | 3.008 | 3.220 | 3.279 | 3.460 | 3.161 | 3.304 | 3.446 | 28.852 | |

Fonte: PNAD.

Elaboração: Rede de Estudos da Economia do Setor Público e do Bem-Estar.

Não significativo; *Significativo a 1%; **Significativo a 5%; ***Significativo a 10%.

Da análise dos resultados anuais, verifica-se que todos os coeficientes apresentaram sinais esperados, com exceção do coeficiente da variável “branco” (não significativa). Em relação a “anos de estudo 1 a 4” nos anos de 2001 a 2005 os sinais foram os esperados e não significativos, e no ano de 2009 o sinal foi contrário ao esperado (também não significativo).

Em relação ao *Pooled*, os resultados encontrados apresentaram os sinais esperados e novamente, a exceção foi a variável “branco”. As magnitudes foram similares aos dados anuais, entretanto, confirmou o nível de significância a 1% para variáveis que em alguns dos resultados anuais não eram significativas (“masculino”, “anos de estudo 1 a 4”, “anos de estudo 5 a 8”). Todas as variáveis foram significativas ao nível de 1%, exceto a variável “branco”, a qual não apresentou significância estatística.

Portanto, a análise resultante da utilização da amostra com dados empilhados revelaram ganhos de informação em relação as conclusões da análise anual (*cross-section*), ao ratificar, em grandes amostras, a significância estatística e a relação de proporcionalidade das variáveis, além de apresentar maior confiabilidade nos parâmetros. Em função disso, as análises das variáveis serão feitas com os dados empilhados.

No que tange a variável Ano, observa-se uma redução da chance de ocupação informal de 4,43% a cada ano do período 2001 - 2009. Indivíduos residentes na zona urbana também possuem menor chance de ocupação informal se comparados aos residentes na zona rural (redução de 72,26%).

Analisando as razões de chance das variáveis em comparação a categoria base ou categoria de referência, observa-se que:

Em relação a:

a) Gênero

A análise da variável indica sinal esperado e chances distintas para homens e mulheres no que se refere à inserção no mercado de trabalho. O coeficiente estimado indica uma redução na probabilidade de inserção no segmento informal na ordem de 27,44% para os homens em relação às mulheres. Os resultados se mantêm no mesmo sentido quando se analisam os mercados de trabalho da região sudeste e Brasil, alinhando-se com Monte *et al*(2005) e Barros *et al*(2001).

Embora o aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho tenha sido expressivo no período analisado, elas ainda são minorias entre os ocupados, o que pode estar representando uma maior dificuldade em conseguir uma ocupação no mercado de trabalho, principalmente no setor formal. Outra justificativa reside no fato de que as mulheres são a maioria entre os não chefes de família e, por isso, seu papel principal seria o de cuidar dos filhos e do lar, embora esteja ocorrendo, ainda que progressivamente, uma redefinição de papéis da mulher perante a sociedade.

As mulheres encontram-se sobre-representadas em posições informais, principalmente no informal precário (trabalhador doméstico, trabalhador sem remuneração) e sub-representadas em ocupações formais, comparativamente aos homens, alinhando-se aos resultados de Abramo (2006).

Também estão mais presentes entre os indivíduos com maior escolaridade (média de 8,3 anos de estudo contra 7,4 dos homens), e como pôde ser observado na análise da variável escolaridade, na medida em que se aumenta o nível de escolaridade, reduz-se a probabilidade de ocupação no setor informal. No entanto, parece que a escolaridade não é suficiente para reverter a maior participação das mulheres no setor informal, o que pode estar associado à discriminação ou ainda ser reflexo da mudança gradativa da redefinição de papéis entre homens e mulheres na sociedade (a mulher pode vir a aceitar um trabalho sem muita qualificação como complementação da renda familiar).

Esses resultados vão ao encontro de Ulyssea (2005), que, de acordo com a literatura internacional, trabalhadores do sexo feminino apresentam uma maior probabilidade de possuir um contrato de trabalho informal, demonstrando paridade com o mercado nacional.

b) Idade

Os coeficientes das faixas de idade apresentam sinais esperados e indicam que, na medida em que a idade aumenta, a probabilidade de encontrar o indivíduo ocupado no setor informal diminui. A partir dos 51 anos, a chance de estar no setor informal aumenta em relação aos indivíduos com idade entre 41 e 50 anos. Esse resultado vai ao encontro das principais pesquisas relacionadas no trabalho, tais como Monte *et al* (2005) e também da doutrina econômica, uma vez que, segundo as mesmas, a produtividade do indivíduo começa baixa, vai aumentando com a idade, até um ponto em que começa a cair novamente.

Para a categoria base (16 a 20 anos) nota-se uma maior chance de ocupação informal. Isso pode ser deduzido pela redução na probabilidade das faixas de maior idade. Esse valor pode ser reflexo das dificuldades ou das barreiras impostas pela legislação trabalhista à entrada de adolescentes no mercado de trabalho formal. A informalidade dos jovens pode, confirmando a doutrina econômica, estar associado à sua pouca experiência, baixa produtividade e alta rotatividade.

A maior redução foi observada para os indivíduos com idade entre 31 e 40 anos, sugerindo uma maior produtividade para esta faixa. Para os indivíduos na faixa mais elevada, se observa uma menor redução (51,71%). No entanto, para esses indivíduos que, com idade para se aposentar ou já aposentados, desejam continuar ativos no mercado de trabalho, a informalidade é uma opção que não pode ser descartada, conforme grau de informalidade observado, alinhando-se com Hirata (2007) que afirma: os indivíduos mais velhos se fazem mais presentes na informalidade, o que poderia ser explicado pela maior dificuldade em esperar uma chance no setor formal.

c) Condição na família

O sinal do coeficiente é o esperado e confirma os resultados encontrados para a região sudeste e Brasil.

A categoria Chefe de família, cuja escolaridade média (6,92 anos de estudo) é inferior à categoria não chefe (8,14 anos de estudo) apresenta diminuição na probabilidade de ocupação no setor informal na ordem de 24,69% em relação à categoria base, resultado que se alinha com Abramo (2006) e Martins e Dombrowski (2000).

Lembramos ainda que esta categoria é mais ativa na procura por emprego que a categoria base (cônjuge, filho e outro parente) e provavelmente possui mais experiência profissional adquirida ao longo da vida. Ressalta-se que a maioria dos chefes de família é do sexo masculino (78,5%), fato que contribui para reduzir ainda mais a probabilidade de inserção informal. Significa dizer que o cônjuge, que na maioria dos casos é do sexo feminino (90,5%), tem elevada probabilidade de inserção para o setor informal.

d) Escolaridade

Os resultados obtidos para os coeficientes de educação mostram que a escolaridade impõe um efeito positivo sobre o salário reserva dos indivíduos analisados em comparação aos indivíduos menos qualificados, na tentativa de recuperar o investimento feito na sua educação formal.

Em relação à escolaridade, os resultados são os esperados e estão em consonância com os encontrados para a região sudeste e Brasil. A razão de chance indica uma redução na probabilidade de inserção no segmento informal na medida em que se eleva o nível de escolaridade em relação aos indivíduos sem escolaridade ou com menos de 1 ano de estudo, alinhando-se com Becker (1993), segundo o qual a educação é fator de investimento em capital humano e imprescindível na determinação do progresso econômico de indivíduos e países.

A análise do coeficiente mostra que a maior redução se dá para os indivíduos com o maior nível de escolaridade (12 anos ou mais de estudo): 85,27%. A menor redução ocorre para os indivíduos com 1 a 4 anos de estudo: 17,92%.

Esses resultados confirmam que, na medida em que aumenta o nível de escolaridade do indivíduo, a probabilidade de inserção no setor informal se reduz, porém, a presença destes na informalidade se mantém acima de 18,5% (Figura 5) para o maior nível de escolaridade analisado, redução que vai ao encontro de Machado e Hirata (2008). Essa absorção do setor informal na inserção ocupacional pode ser explicada pelo grande número de oportunidades geradas no setor que emprega quase metade da população ocupada, pela elevação generalizada da escolarização dos indivíduos, ou ainda como tentativa de fuga à elevada carga tributária do país.

Significa ainda dizer que, uma parcela dos indivíduos com alta escolaridade está se inserindo informalmente no mercado de trabalho, ou por opção, uma vez que a flexibilidade de horário é maior neste setor, por questões tributárias ou por necessidade.

Importante dizer que, quando se analisa apenas indivíduos da zona rural, os sinais dos coeficientes estimados para a escolaridade não se modificam, o que revela a importância do investimento em educação independentemente do local de residência do indivíduo.

A escolaridade está deixando de ser fator suficiente e passando a se tornar fator necessário ou indispensável para a inserção no mercado de trabalho formal.

e) Cor

O coeficiente da variável Branco não apresenta sinal esperado para o Espírito Santo, indicando aumento de chance de ocupação informal. No entanto, o coeficiente da variável não é estatisticamente significativo.

Em relação à região Sudeste e Brasil, os sinais são os esperados e significativos, indicando redução na ocupação informal para indivíduos de cor branca.

Nota-se que, quando se analisa apenas os indivíduos residentes na zona urbana, o sinal passa a ser o esperado (negativo) e significativo ao nível de 10% para o Espírito Santo. Tal fato sugere que a informalidade na zona rural é bastante elevada, quando comparada à zona urbana.

Essa diferença entre o Espírito Santo e demais regiões pode estar associada ao reduzido número da amostra para o estado. Pode refletir também uma particularidade do mercado de trabalho capixaba em comparação aos demais. Importante também lembrar que a variável cor é auto-declarada durante a entrevista da pesquisa.

Para ratificar os resultados encontrados anteriormente, abaixo discriminamos os coeficientes das variáveis utilizadas, o desvio padrão e a razão de chance. Neste caso foi construído um pseudo-painel onde a dimensão tempo utilizada foi a variável “ano” e a dimensão espaço foi a “coorte de idade” dos indivíduos.

Neste caso, acompanhou-se cada grupo etário ao longo do período 2001 a 2009. Os resultados mostram muita semelhança em termos de magnitude dos coeficientes, significância e sinais esperados, quando comparados aos resultados encontrados anteriormente no *pooled*, o que demonstra a robustez dos resultados obtidos.

**Tabela 3 - Modelo de regressão logística para análise ocupacional:
2001 a 2009 (Pseudo Painel)**

| Variável | Coefficiente | Razão de Chance % |
|-------------------------------|----------------|-------------------|
| urbano | *-1,270 | -71,92 |
| | (0,037) | |
| masculino | *-0,322 | -27,53 |
| | (0,030) | |
| idade_21_30 | *-0,732 | -51,90 |
| | (0,048) | |
| idade_31_40 | *-0,874 | -58,27 |
| | (0,051) | |
| idade_41_50 | *-0,850 | -57,26 |
| | (0,054) | |
| idade_51_60 | *-0,767 | -53,56 |
| | (0,060) | |
| chefe | *-0,276 | -24,12 |
| | (0,031) | |
| anos_estudo 1 a 4 | *-0,199 | -18,04 |
| | (0,057) | |
| anos_estudo 5 a 8 | *-0,553 | -42,48 |
| | (0,057) | |
| anos_estudo 9 a 11 | *-1,375 | -74,72 |
| | (0,058) | |
| anos_estudo 12 ou mais | *-1,950 | -85,77 |
| | (0,067) | |
| branco | 0,035 | 3,56 |
| | (0,027) | |
| constante | *2,834 | |
| | (0,075) | |

Fonte: PNAD.

Elaboração: Rede de Estudos da Economia do Setor Público e do Bem-Estar.

Não significativo; *Significativo a 1%.

6. CONCLUSÃO

Este trabalho procurou, por meio de modelo de regressão logística, determinar em que medida, determinadas características pessoais interferem na inserção ocupacional de um indivíduo, em relação ao setor informal do mercado de trabalho. A escolha deste setor se deve ao seu expressivo tamanho nas duas últimas décadas, o que o coloca como grande absorvedor de mão de obra do mercado de trabalho (47,6% dos ocupados entre 2001 e 2009). A robustez dos resultados foram confirmados pelo uso do *pooled* e do pseudo-painel.

Em relação ao papel da informalidade, destacam-se dois lados: um positivo e um negativo.

- i) Do lado positivo – proporciona a inserção dos indivíduos menos qualificados para as inserções formais, impedindo a marginalização (ausência de ocupação) dos mesmos;
- ii) Do lado negativo – a inserção informal, principalmente na forma precária,⁶ pode representar queda de arrecadação de impostos criando um círculo vicioso, uma vez que a baixa arrecadação acarreta menores investimentos públicos e conseqüentemente menos empregos diretos e indiretos gerados e deixando os seus ocupantes à margem das proteções das instituições trabalhistas.

O tamanho expressivo do setor informal no mercado de trabalho brasileiro imprime impactos significativos sobre diferentes aspectos da economia, como, por exemplo, na arrecadação de impostos e mostra claramente a necessidade de se buscar implementar políticas públicas voltadas para sua redução.

Num contexto econômico em que a concorrência pelos postos de trabalho de melhor qualidade é cada vez mais acirrada e a geração dos mesmos é insuficiente frente à demanda, a procura por emprego combinada com um conjunto de atributos pessoais, destaca-se como fator importante na inserção individual no mercado de trabalho.

Neste sentido, buscou-se identificar um conjunto de atributos pessoais que interferem positiva ou negativamente na inserção no mercado de trabalho capixaba e, por meio de comparação com a região Sudeste e Brasil, verificar possíveis particularidades.

Os principais resultados encontrados mostram que, segundo a análise da PEA ocupada:

- i) Homens e mulheres possuem chances distintas de inserção ocupacional, sendo que a probabilidade de um homem se inserir no setor informal é 27,44% menor em comparação às mulheres;

⁶ O informal precário é constituído pelos trabalhadores por conta própria – com exceção de técnicos ou profissionais liberais, aqueles que executam serviços domésticos e os ocupados sem remuneração.

- ii) Em relação à Idade, confirmam-se os pressupostos econômicos, segundo os quais a produtividade do indivíduo começa baixa (alta probabilidade de inserção informal), se eleva com a idade (alta probabilidade de inserção formal para as faixas mais produtivas) e começa a baixar quando o indivíduo atinge as faixas etárias mais elevadas, onde eleva novamente sua probabilidade de inserção informal;
- iii) No que se refere à Condição na família, a categoria Chefe de família apresentou probabilidade de ocupação no setor informal reduzida em 24,69% em relação à categoria base;
- iv) Quanto à Escolaridade, observa-se que, na medida em que o indivíduo aumenta o seu nível de instrução, diminui a probabilidade de inserção no setor informal, o que, vale dizer, reforça o papel da educação como credencial de acesso aos postos de trabalho de melhor qualidade;
- v) E, por fim, no que diz respeito à Cor do indivíduo, o coeficiente não se mostrou estatisticamente significativo para o Espírito Santo. No entanto, para a região Sudeste e Brasil, o coeficiente mostrou uma redução na probabilidade de ocupação informal para os brancos.

De acordo com a base de dados analisada no modelo, observa-se que as características individuais que mais reduzem a chance do indivíduo se encontrar ocupado no setor informal são: Escolaridade e Idade.

Em relação à Escolaridade, infere-se que as relações existentes entre o sistema educacional e o mercado de trabalho são de alta relevância. O setor público, ao investir na educação (via aumento da escolaridade média dos indivíduos e acesso a cursos mais direcionados ao mercado profissional), contribui para reduzir a informalidade.

Em relação à Idade, característica não controlada pelo indivíduo, nota-se também que é importante a participação do setor público na implementação de políticas públicas inclusivas - voltadas para jovens e idosos, sendo que para este último grupo, a tendência de crescimento da oferta de trabalhadores idosos, acrescido da baixa possibilidade de ampliação da cobertura previdenciária, reforça a importância de um planejamento cuidadoso daquelas políticas.

Em síntese, a análise separada das variáveis nos permite identificar um estereótipo de indivíduo cuja probabilidade de ocupação no mercado de trabalho é influenciada em maior ou menor intensidade.

Tendo como referência a análise da mão de obra ocupada, observa-se uma “preferência” por indivíduos com determinadas características, o que pode ser entendido como uma maior facilidade no momento de inserção no mercado de trabalho.

Cabe também ressaltar que, embora seja objetivo apenas a análise da oferta de mão de obra (através dos atributos individuais), os resultados encontrados também são “influenciados” pela demanda por mão de obra, pois, em última análise, são as empresas que decidem por absorver um ou outro indivíduo.

Para finalizar, estudos sobre a informalidade devem ser conduzidos para que se possam conhecer a fundo seus impactos sobre o desenvolvimento de todo o país, produtividade, em que medida seus impactos são positivos ou negativos, quais os fatores determinantes do comportamento da informalidade, a sua tendência de comportamento, novas metodologias para a mensuração do setor, entre outros.

Diversos são os problemas a serem estudados. Dessa forma, espera-se que este trabalho possa suscitar o anseio da análise em relação ao tema por parte dos pesquisadores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, L.. Desigualdade de Gênero e Raça no Mercado de Trabalho Brasileiro. Revista Ciência e Cultura, São Paulo, v. 58, n. 4, Mai 2006. Disponível em: <<http://www.cinterfor.org.uy/public/spanish/region/ampro/cinterfor/temas/gender/doc/cinter/emprego.pdf>>. Acesso em: 13 set. 2010.

_____. Desigualdades e discriminação de gênero e raça no mercado de trabalho brasileiro e suas implicações para a formulação de uma política de emprego. Texto elaborado para o Seminário Nacional: Política geral de emprego: Necessidades, opções, prioridades. Brasília: OIT, 2004. Disponível em: <http://www.cinterfor.org.uy/public/spanish/region/ampro/cinterfor/temas/gender/doc/cinter/emprego.pdf>. Acesso em 12 out. 2010.

BARROS, R. P.; CORSEUIL, C. H.; SANTOS, D. D.; FIRPO, S. P. Mercado de trabalho: diferenças por sexo e conseqüências sobre o bem-estar. Rio de Janeiro. IPEA, 2001 (texto para discussão, 796). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_0796.pdf>. Acesso em: 10 set. 2010.

BECKER, GARY S. Human capital: a theoretical and empirical analysis, with special reference to education. 3. ed. Chicago: Universidade de Chicago, 1993.

CACCIAMALI, M. C.. Globalização e processo de informalidade. Revista Economia e Sociedade, São Paulo, v. 9, n. 1, 2000. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/docdownload/publicacoes/instituto/revistas/economia-e-sociedade/V9-F1-S14/06-Cacciamali.pdf>>. Acesso em: 11 ago. 2010.

_____. (Pré) Conceito sobre o setor informal, reflexões parciais embora instigantes. Econômica, Rio de Janeiro, v.9, n.1, p.145-168, jun.2007.

CAVALIERI, C. H.; FERNANDES, R.. Diferenciais de salários por gênero e cor: uma comparação entre as regiões metropolitanas brasileiras. Revista de Economia Política, Campinas, v.18, n. 1 (69), p. 158-175, jan./mar. 1998.

CHAHAD, J. P.; PICCHETTI, P. A evolução da taxa de desemprego estrutural no Brasil: uma análise entre regiões e características dos trabalhadores. In: XXXI ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 2003, Porto Seguro. Anais eletrônicos...Porto Seguro: ANPEC, 2003. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2003/artigos/F05.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2010.

GONZAGA, G.. Rotatividade e qualidade do emprego no Brasil. Revista de Economia Política, Campinas, v.18, n. 1 (69). jan./mar. 1998.

GUIMARÃES, N. A.. Laboriosas, mas redundantes: diferenciais de gênero nos padrões de mobilidade no trabalho industrial no Brasil dos anos 90. Revista de Estudos Feministas, Florianópolis, ano 9, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n1/8604.pdf>>. Acesso em: 02 out. 2010.

GUJARATI, G. I.. Econometria Básica. 3 ed. São Paulo: Makron Books, 2000.

HIRATA, G. I. Economia informal no Brasil: aspectos de inserção, permanência e transição no mercado de trabalho metropolitano. 2007. 72 f. Dissertação (Mestrado em Economia). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/lojavirtual/lojavirtual.php?tit=4&id_subcat1=14&id_subcat2=0&id_subcat3=13&midia=CD>. Acesso em: 16 ago. 2010.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. O desempenho recente do mercado de trabalho brasileiro. In: ____ Brasil: o estado de uma nação: mercado de trabalho, emprego e informalidade. Rio de Janeiro, 2006. Cap. 5. p. 307-353. Disponível em: <<http://www.en.ipea.gov.br/index.phppdf>>. Acesso em: 12 set. 2006.

KERTI, B. M.; BRANDÃO, S. M.C.; WATANABE, M. I. Escolaridade e Inserção Ocupacional. In: V ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIACAO BRASILEIRA DE ESTUDOS DO TRABALHO - ABET, 1997, Rio de Janeiro. Anais eletrônicos... Rio de Janeiro: ABET, 1997. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/eventos/forumbnb2005/docs/insercao_ocupacional_dura_cao_desemprego.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2005.

MACHADO, A. F.; HIRATA, G. I. Conceito de informalidade/formalidade e uma proposta de tipologia. Econômica, Rio de Janeiro, v.10, n.1, p.123-143, jun.2008.

MARTINS, R.; DOMBROWSKI, O. Mapa do trabalho informal na Cidade de São Paulo. In: JAKOBSEN, Kjeld; MARTINS, R.; DOMBROWSKI, O. (orgs.); SINGER, Paul; POCHMANN, Márcio. Mapa do trabalho informal: Perfil socioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000. p. 24-39. Disponível em: <http://www.fpabramo.org.br/uploads/mapa_do_trabalho_informal.pdf>. Acesso em 08 ago. 2010.

MONTE, P. A.; ARAUJO, T. P.; LIMA, R. A. Inserção ocupacional e duração do desemprego nas regiões metropolitanas de Salvador e Recife: primeiro emprego e reemprego. In: X ENCONTRO REGIONAL DE ECONOMIA, 2005, Fortaleza. Anais eletrônicos... Fortaleza, 2005. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/ETENE/Anais/docs/mesa8_texto1.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2010.

RAMOS, L. A evolução da informalidade no Brasil metropolitano: 1991-2001. Rio de Janeiro. IPEA, 2002 (texto para discussão, 914). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/2002/td_0914.pdf>. Acesso em: 15 set. 2010.

RAMOS, L.; BRITTO, M.. O funcionamento do mercado de trabalho metropolitano Brasileiro no período 1991-2002: tendências, fatos estilizados e mudanças estruturais. Rio de Janeiro. IPEA, 2004 (texto para discussão, 1011). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/2004/td_1011.pdf>. Acesso em: 15 set.2010.

ROCHA, Antonio Ricardo F.; CASTRO, Magnus William; COSTA, Jaqueline S.; TRINDADE, Lorena Zardo; FERRARI, Tatiana K. Educação e Mercado de Trabalho: Indicadores Socioeconômicos do Espírito Santo/PNAD 2009. Nota Técnica n. 13. IJSN, Vitória, 2010.

ROCHA, Antonio Ricardo F.; CASTRO, Magnus William; COSTA, Jaqueline S.; TRINDADE, Lorena Zardo; FERRARI, Tatiana K. Síntese dos Indicadores Sociais do Espírito Santo 2011. IJSN, Vitória, 2010.

SILVA, N. D. V; KASSOUF, A. L.: A exclusão social dos jovens no mercado de trabalho brasileiro. Revista Brasileira de Estudos de População, Campinas, v.19, n. 2, p. 99-115, jul./dez. 2002.

TAFNER, P.: Mercado de trabalho mais acessível. In: XXX ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 2006, Caxambú. Anais eletrônicos... Caxambú, 2006. Disponível em:<http://www.agencia.fapesp.br/boletim_dentro.php?data%5Bid_materia_boletim5%D=6275>. Acesso em: dez. 2006

ULYSSEA, G. Informalidade no mercado de trabalho brasileiro: uma resenha da literatura. Rio de Janeiro. IPEA, 2005 (texto para discussão, 1070). Disponível em:<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1070.pdf>. Acesso..em:..10..mar..2006.



www.ijsn.es.gov.br

SECRETARIA DE ECONOMIA
E PLANEJAMENTO



GOVERNO DO
**ESPÍRITO
SANTO**

CRESCER É COM A GENTE
www.es.gov.br